



## **APFN - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMÍLIAS NUMEROSAS**

Excelentíssimo Senhor  
Provedor de Justiça

A Associação Portuguesa das Famílias Numerosas, com sede Rua 3A à Urbanização da Ameixoeira, Área 3, Lote 1, Loja A, Lisboa, vem, nos termos do artigo 23º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa e artigo 3º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, apresentar queixa, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1

A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (de ora em diante apenas designada por APFN) foi constituída no dia 22 de Abril de 1999, tendo obtido o estatuto de Associação de Família de Representatividade Genérica em 3 de Outubro de 2003.

2

A APFN é uma associação de âmbito nacional para defesa dos direitos naturais, próprios e legítimos das famílias numerosas (com três ou mais filhos), designadamente em matéria fiscal, de habitação, saúde e educação.

3

No âmbito da sua actividade, a APFN tem constatado que o actual sistema fiscal português penaliza fortemente as famílias constituídas pelos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens e seus dependentes face, nomeadamente, à situação dos pais divorciados ou separados judicialmente com dependentes a seu cargo.

4

Esta penalização dos cônjuges casados assume o seu grau mais grave e discriminatório no tratamento fiscal específico aplicável às pensões de alimentos pagas por pais divorciados ou separados judicialmente com dependentes a cargo.

5

Com efeito, as importâncias comprovadamente pagas e não reembolsadas respeitantes a pensões de alimentos a que o sujeito passivo (v.g. ex - cônjuge) esteja obrigado por sentença do tribunal ou por acordo judicialmente homologado nos termos da lei civil constituem, na sua totalidade, um abatimento ao rendimento líquido do sujeito passivo, salvo nos casos em que o beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar (cfr. art. n.º 56º do CIRS).

---

**APFN - Associação Portuguesa de Famílias Numerosas**

Rua 3A à Urbanização da Ameixoeira, Área 3, Lote 1, Loja A, 1750-084 Lisboa

NIPC: 504 359 851

Tel: 217 552 603 – 917 219 197

Fax: 217 552 604

e-mail: [direccao@apfn.com.pt](mailto:direccao@apfn.com.pt)

internet: <http://www.apfn.com.pt>



## APFN - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMÍLIAS NUMEROSAS

6

Na esfera de quem recebe a pensão (v.g. ex - cônjuge, filhos) no caso de pensões de montante anual igual ou inferior a €8.283 é possível deduzir, até à concorrência do montante recebido, por cada titular, a totalidade do quantitativo recebido (cfr. art. 53º, n.º 1 do CIRS).

7

De facto, e por exemplo, comparando a situação de (i) um agregado familiar constituído por um casal e três dependentes e de (ii) duas pessoas divorciadas (ou separadas judicialmente), com os mesmos dependentes, com um rendimento bruto total de €70.000, em que o pai efectua o pagamento, a cada um dos dependentes, de uma pensão de alimentos no valor de €8.283, constatamos que a carga fiscal total incidente sobre o agregado familiar é totalmente desproporcionada, como se comprova no exemplo a seguir indicado:

Estado Civil	Casados	Divorciados ou separados judicialmente
Imposto a pagar	<b>€15.331,54</b>	<b>€7.816,20</b>

8

Ora, o diferente tratamento fiscal entre cônjuges casados e pais divorciados ou separados judicialmente nas questões relativas à prestação de alimentos é, na opinião da APFN, absolutamente discriminatória e contraria frontalmente o espírito e as disposições constantes do Código Civil e da Constituição da República Portuguesa sobre estas temáticas.

9

Com efeito, nos termos do Código Civil, a obrigação de prestação de alimentos vincula legalmente tanto os cônjuges separados judicialmente e os ex-cônjuges, depois de dissolvido o casamento por divórcio, como os cônjuges na vigência do matrimónio.

10

Nos termos do artigo 2016º do Código Civil, têm direito a alimentos, em caso de divórcio:

- (a) o cônjuge não considerado culpado ou não considerado principalmente culpado;
- (b) o cônjuge réu;
- (c) qualquer dos cônjuges, no caso de divórcio por mútuo consentimento.

11

Por sua vez, o artigo 2015º do mesmo Código prevê que na vigência da sociedade conjugal, os cônjuges são reciprocamente obrigados à prestação de alimentos.



## **APFN - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMÍLIAS NUMEROSAS**

12

Neste último caso, a obrigação de alimentos - sustento, habitação, vestuário e instrução - integra-se no dever de assistência conjugal e é absorvido pelos encargos da vida familiar.

13

De facto, nos termos da lei, os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de cooperação e assistência, os quais compreendem a assunção em conjunto das responsabilidades inerentes à vida da família que fundaram e a obrigação de prestação de alimentos e de contribuir para os encargos da vida familiar (cfr. arts. 1672º, 1674º e 1675º do Código Civil).

14

O dever de contribuir para os encargos da vida familiar incumbe a ambos os cônjuges, de harmonia com as possibilidades de cada um e pode ser cumprido por qualquer deles ela afectação dos seus recursos àqueles encargos (cfr. art. 1676º do Código Civil).

15

Em particular, o dever de assistência de pais para filhos compreende a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir, durante a vida em comum, de acordo com os recursos próprios, para os encargos da vida familiar (cfr. art. 1874º do Código Civil).

16

Acresce que, nos termos do poder paternal, compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes e prover o seu sustento (cfr. art. 1878º do Código Civil).

17

Para além de que a obrigação de realizar as despesas com o sustento, segurança, saúde e educação dos filhos se mantém mesmo no caso de filhos maiores ou emancipados, quando estes não tenham ainda completado a sua formação profissional (cfr. art. 1879º e 1880º do Código Civil).

18

Assim, constata-se que estão vinculados à prestação de alimentos quer o cônjuge (na pendência do casamento) quer o ex-cônjuge (depois de dissolvido o vínculo matrimonial por divórcio) (cfr. art. 2009º do Código Civil).

19

Aliás, esta equiparação de situações já foi confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça, que, num acórdão sobre a matéria julgou que dissolvido o matrimónio por divórcio, a prestação de alimentos pelo ex – cônjuge exclusivamente culpado deve



## **APFN - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMÍLIAS NUMEROSAS**

proporcionar ao alimentado uma situação económica tendencialmente idêntica à da constância do matrimónio (cfr. Acórdão do STJ de 25-1-1979: BMJ 283º - 310).

20

Nestes termos, a aplicação de um regime fiscal diferenciado (i) para as despesas com o sustento, segurança, saúde e educação realizadas na pendência do casamento e (ii) para a prestação de alimentos no caso de dissolução do casamento (ou separação judicial dos cônjuges) é totalmente injustificada e constitui uma profunda e grave discriminação.

21

Acresce que, nos termos do artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, não podendo ninguém ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da condição social, na qual se inclui necessariamente o estado civil.

22

É a própria Constituição que estabelece expressamente que os pais têm o dever de educação e manutenção dos filhos (art. 36º da CRP) e que a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado para a efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.

23

Aliás, no âmbito da protecção da família, incumbe especialmente ao Estado regular os impostos e os benefícios fiscais, de harmonia com os encargos familiares, tendo especialmente em conta que o imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e deverá ser implementado em função das necessidades e dos rendimentos do agregado familiar (cfr. art. 67º e 104º da CRP).

24

Em conclusão, no que se refere ao regime fiscal aplicável à prestação de alimentos, os agregados familiares constituídos por cônjuges e seus dependentes sofrem uma clara discriminação face ao regime aplicável aos cidadãos divorciados (ou separados judicialmente) que pagam e auferem prestações de alimentos.

25

Esta penalização fiscal das famílias não só não tem qualquer fundamentação legal, tendo em conta o regime previsto para a prestação de alimentos no Código Civil, como corresponde a uma gravíssima violação dos princípios constitucionais da igualdade



## **APFN - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMÍLIAS NUMEROSAS**

dos cidadãos perante a lei e da protecção da família, designadamente no que diz respeito à regulação dos impostos de harmonia com os encargos familiares.

26

Através desta queixa e da denúncia desta discriminação fiscal, a APFN não pretende a supressão do regime fiscal aplicável à prestação de alimentos realizada e auferida por pessoas divorciadas (ou separadas judicialmente), mas antes a equiparação, para esse efeito, das pessoas divorciadas (ou separadas judicialmente) e das pessoas casadas.

27

Ou seja, o que se pretende é que os agregados familiares compostos por cônjuges e dependentes passem a poder beneficiar do mesmo regime fiscal aplicável à prestação de alimentos realizadas entre pessoas divorciadas (ou separadas judicialmente), eliminado-se, assim, a diferenciação injustificada de tratamento fiscal atrás referida.

Termos em que a APFN submete a presente queixa a V.Exa., requerendo que a mesma seja analisada e, em consequência, sejam dirigidas aos órgãos competentes (Assembleia da República e Governo) as recomendações necessárias para reparar esta injustiça fiscal que atenta contra os princípios constitucionalmente consagrados da protecção da família e da igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Pede deferimento.

A Associação

Fernando Augusto de Almeida Ribeiro e Castro  
Presidente da Direcção